

TRAMA GOLPISTA

Cid confirma delação contra Braga Netto

O tenente-coronel Mauro Cid confirmou ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) tudo o que disse na delação premiada sobre uma trama golpista durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele negou ter sofrido pressão da Polícia Federal para delatar o plano. A

confirmação foi feita durante acareação entre Cid e o general Walter Braga Netto, na ação penal sobre um golpe de Estado fracassado, cujo objetivo seria manter Bolsonaro no poder após a derrota eleitoral de 2022. Réus na ação penal, Cid e Braga Netto, ambos militares do Exérci-

to, ficaram frente a frente por mais de 1h30 na manhã de ontem, numa acareação conduzida pelo ministro Alexandre de Moraes, relator da ação penal sobre o golpe. Apesar da audiência ter sido fechada, por determinação de Moraes, o STF publicou a ata da acareação. **PÁGINA 5**

ASSASSINATO

Policiais que mataram João Pedro vão a júri

Três policiais civis acusados de envolvimento na morte do menino João Pedro Mattos Pinto, aos 14 anos, serão levados a júri popular. A decisão foi tomada por unanimidade ontem pela 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). João Pedro foi morto com um tiro de fuzil nas costas dentro da casa da família, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, em 18 de maio de 2020. Na ocasião, havia na comunidade uma operação conjunta das polícias Civil e Federal. Investigações apontaram que o disparo que matou o garoto partiu da arma de um dos policiais. A casa do tio, onde João Pedro brincava com outras crianças, ficou com mais de 70 marcas de tiros. Em julho do ano passado, os policiais lotados na Coordenadoria de Recursos Especial (Core) Mauro José Gonçalves, Maxwell Gomes Pereira e Fernando de Brito Meister haviam sido inocentados pela 4ª Vara Criminal de SG. **PÁGINA 6**

FRAUDE

INSS deve começar a ressarcir aposentados no dia 24 de julho

ANTONIO CRUZ/ABRASIL



O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) informou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o órgão pode iniciar o ressarcimento dos descontos irregulares nos benefícios de aposentados e pensionistas no dia 24 de julho. A proposta foi apresentada durante audiência de conciliação convocada pela Corte para tratar do assunto. De acordo com o presidente do INSS, Gilberto Waller (**foto**), o ca-

lendário de pagamento dependerá da validação do ministro Dias Toffoli, relator da ação que trata dos descontos no STF. "A gente tem várias situações que poderiam gerar dúvidas em uma judicialização, como índices de correção, prazo prescricional, responsabilização por dano moral do INSS. A gente precisava de uma peça que pudesse ter um grande acordo, para ter uma solução definitiva", afirmou. **PÁGINA 2**

RESGATE DEMOROU

Morre brasileira que caiu em vulcão na Indonésia

PÁGINA 6

DESLISAMENTO

TJSP manda Guarujá indenizar vítimas

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) rejeitou um recurso da prefeitura do Guarujá e manteve a sentença que condenou o município a indenizar uma família cuja casa, construída em uma área de risco, foi destruída por um deslizamento de terra, durante as chuvas que atingi-

ram a Baixada Santista, no litoral de São Paulo, em 2020. O pedido de reconsideração apresentado pela prefeitura não foi aceito pela 6ª Câmara de Direito Público do TJSP, que preservou os valores anteriormente fixados pela Vara da Fazenda Pública do Guarujá. **PÁGINA 4**

AÉREA



DIVULGAÇÃO

Anac cassa certificado de operação da Voepass por ‘falhas graves’

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) cassou ontem o Certificado de Operador Aéreo (COA) da Passaredo Transportes Aéreos, principal empresa do grupo Voepass. Segundo a Anac, o certificado foi cassado após terem sido identificadas “falhas graves e persistentes no Sistema de Análise e Supervisão Continuada da companhia”. Além da cassação, a empresa também foi multada em R\$ 570,4 mil. Não cabem mais recursos à decisão. O COA é um documento que autoriza uma empresa a operar serviços de transporte aéreo. **PÁGINA 3**

MAIORIA

STF confirma decretos de Lula sobre desarmamento

PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA 0,45% / 137.164,61 / 614,11 / Volume: 21.466.031.516 / Negócios: 3.620.993											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Bolsas no mundo		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Fechamento	%	
PETROBRAS PN N2	31,37	-1,97	-0,63	ESTRELA PN	3,50	+12,54	+0,39	CEMEPE PN	3,81	-9,50	-0,40
BRADESCO PN N1	16,54	+0,30	+0,05	PDG REALT ON NM	0,29	+11,54	+0,03	AMERICANAS ON NM	6,06	-8,87	-0,59
COSAN ON NM	7,11	+2,45	+0,17	EQUATORIAL MARANHA	29,23	+11,06	+2,91	WESTWING ON NM	3,920	-7,76	-0,330
COGNA ON ON NM	2,82	+0,71	+0,02	COPEL PNA N2	15,38	+11,05	+1,53	BRAVA ON NM	18,480	-6,90	-1,370
MAGAZINE LUIZA ON NM	9,10	+2,13	+0,19	MOVIDA ON NM	8,81	+9,31	+0,75	RECRUSUL PN	0,96	-6,80	-0,07
									Dow Jones	43.089,02	+1,19
									S&P 500	6.092,18	+1,11
									NASDAQ Composite	19.912,532	+1,43
									Nasdaq 100	22.190,521	+1,53
									Euronext 100	1.568,6	+0,82
									CAC 40	7.615,99	+1,04
									Salário mínimo	R\$ 1.412,00	
									Ufir-RJ	R\$ 4,5373	
									Taxa Selic		
									(18/06)	15%	
									TR		
									(25/06)	0,1717%	
									Poupança		
									(25/06)	0,6726%	
									IGP-M	-0,49% (mai.)	
									IPCA	0,26% (mai.)	
									CDI	14,90%	
									OURO		
									BM&F/grama/RJ	R\$ 592,01	
									EURO Comercial		
									Compra: 6,4076	Venda: 6,4082	
									EURO turismo		
									Compra: 6,4964	Venda: 6,6764	
									DÓLAR Ptax - BC		
									Compra: 5,4938	-0,50%	
									DÓLAR comercial		
									Compra: 5,5182	Venda: 5,5188	
									DÓLAR turismo		
									Compra: 5,5487	Venda: 5,7287	

MERCADOS



Bovespa fecha em alta de 0,45%, aos 137,16 mil pontos; dólar sobe

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Embora tenha perdido força do meio para o fim da tarde de ontem, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acompanhou a descompressão global em torno do conflito no Oriente Médio, com a trégua entre Israel e Irã - anunciada na noite da segunda-feira - resultando em forte correção nos preços do petróleo e impulsivando o apetite por ações (à exceção das do setor de energia), desde a sessão na Ásia à da Europa e das EUA, assim como a do Brasil.

Aqui, o Índice Bovespa (Ibovespa) chegou a subir mais de 1%, entre mínima de 136 253,69 e máxima de 138.156,24, saindo de abertura aos 136.552,18 Ao fim, mostrava alta moderada a 0,45%, aos 137.164,61 pontos. O giro ficou em R\$ 21,3 bilhões. Na semana, o Ibovespa segue quase neutro (+0,04%) e, no mês, avança 0,10% - no ano, sobe 14,03%.

Na B3, as ações cíclicas, com exposição maior a juros e à economia doméstica, assim como as de instituições financeiras, destacaram-se na sessão, em que o ponto focal da agenda interna foi a ata da reunião da semana passada do Copom. Na ocasião, o comitê de política monetária elevou a Selic de 14,75% para 15,00% ao ano e indicou a possibilidade de uma pausa no processo de elevação da taxa básica de juros para avaliar os efeitos dos aumentos já efetivados. A ata desta terça confirmou a interpretação inicial do mercado ao comunicado da última quarta-feira.

Na B3, entre os maiores bancos, a alta ficou perto de 2% para Itaú (PN +1,89%) e Santander (Unit +1,82%). Banco do Brasil (ON) subiu 1,66%, e Bradesco ON e PN mostravam ganhos de 0,49% e 0,3%, pela ordem, no fechamento. Na ponta ganhadora do Ibovespa, Vamos (+7,23%), Engie (+5,19%), CVC (+4,80%) e Azzas (+4,50%).

No lado oposto, o setor de energia, refletindo a correção do petróleo, tendo Brava (-6,9%), PetroReconcavo (-4,67%) e Prio (-3,91%) à frente, ao lado do frigorífico BRF (-4,64%). Petrobras ON e PN cederam, respectivamente, 2,09% e 1,97%. A principal ação do Ibovespa, Vale ON, encerrou o dia perto da estabilidade (-0,02%), em dia negativo também para o minério de ferro na Ásia. Em NY e Londres, WTI e Brent encerraram com perda na casa de 6%, colocando a referência global (Brent) abaixo de US\$ 70 por barril.

DÓLAR

O dólar à vista ganhou força ao longo da tarde e encerrou a sessão de ontem, em alta de 0,29%, a R\$ 5,5189, após máxima a R\$ 5,5239.

Pela manhã, o dólar rompeu o piso de R\$ 5,50 e registrou mínima a R\$ 5,4759, movimento que pode ter atraído compradores.

A queda de mais de 5% dos preços do petróleo também pode ter prejudicado o real, embora as demais divisas emergentes tenham desempenho positivo. Entre as moedas mais ligadas ao preço da commodity, apenas a coroa norueguesa perdeu valor ontem.

ATESTMED

Governo recua e sobe prazo para concessão do auxílio-doença

FLÁVIA SAID/AE

O governo Lula recuou em um dos trechos da medida provisória (MP) 1.303/2025, que prevê medidas de aumento de receita alternativas à elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Como mostrado pelo Grupo Estado, a MP também introduz ajustes nas despesas públicas, incluindo mudança nas regras do Atestmed (serviço digital do INSS para solicitação de benefícios por incapacidade temporária). Um dos artigos da MP fixava o limite máximo de 30 dias para o auxílio doença, quando o benefício for concedido sem exame médico pericial.

"Tal aperfeiçoamento vai no sentido de equilibrar a relação entre celeridade e zelo na concessão do auxílio doença, priorizando o acesso a quem realmente precisa", justificava o texto da MP.

Antes da edição dessa medida provisória, o prazo máximo do auxílio-doença concedido pelo Atestmed era de 180 dias, consecutivos ou não.

Portaria assinada pelo ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, e pelo presidente do INSS, Gilberto Waller Jr., na semana passada, ampliou esse prazo para 60 dias. Essa autorização ocorrerá em caráter excepcional e transitório, por 120 dias, que coincide com o prazo de vigência da MP.

A limitação no prazo do auxílio-doença deveria gerar economia de R\$ 1,2 bilhão em 2024 e R\$ 2,6 bilhões em 2025. Com a ampliação do prazo, o governo ainda não divulgou a nova estimativa de impacto.

FRAUDE

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) informou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o órgão pode iniciar o ressarcimento dos descontos irregulares nos benefícios de aposentados e pensionistas no dia 24 de julho. A proposta foi apresentada durante audiência de conciliação convocada pela Corte para tratar do assunto.

De acordo com a proposta, os pagamentos seriam feitos de 15 em 15 dias, a partir da data inicial. Cada lote deve contar com o ressarcimento de 1,5 milhão de beneficiários. Os valores serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial da inflação.

De acordo com o presidente do INSS, Gilberto Waller, o calendário de pagamento dependerá da validação do ministro Dias Toffoli, relator da ação que trata dos descontos no STF.

"A gente tem várias situações que poderiam gerar dúvidas em

uma judicialização, como índices de correção, prazo prescricional, responsabilização por dano moral do INSS. A gente precisava de uma peça que pudesse ter um grande acordo, para ter uma solução definitiva para os aposentados e pensionistas", afirmou.

O presidente do instituto também garantiu que o INSS vai fazer a devolução integral dos valores descontados. "A nossa ideia é que, de maneira rápida e célere, venha a fazer o ressarcimento de todos de maneira integral", completou.

Segundo o INSS, cerca de 3,4 milhões de aposentados reconheceram os descontos irregulares após serem notificados pelo instituto para se manifestarem sobre as irregularidades.

CONCILIAÇÃO

A audiência de conciliação foi convocada no âmbito da ação protocolada pela Advocacia-Geral da União (AGU) para solicitar que o ressarcimento seja avaliado pelo Supremo.

Na semana passada, Dias



ABRASIL

Contudo, o ministro deixou de analisar os pedidos da AGU para abertura de crédito extraordinário no orçamento para viabilizar o ressarcimento e a exclusão dos valores do teto de gastos da União para os anos de 2025 e 2026. A suspensão nacional das ações que tratam do pagamento também não foi analisada.

Segundo Toffoli, os requerimentos serão analisados no decorrer da tramitação da ação que trata da questão no Supremo.

BLOQUEIOS

Até o momento, a Justiça Federal já bloqueou R\$ 2,8 bilhões em bens de empresas e investigados envolvidos nas fraudes em descontos irregulares nos benefícios.

As fraudes são investigadas na Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, que apura um esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas. Estima-se que cerca de R\$ 6,3 bilhões foram descontados de aposentados e pensionistas entre 2019 e 2024.

STARTUPS

Tesouro Direto destinará R\$ 4,5 milhões a empresas inovadoras

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As pessoas físicas que compram títulos públicos pela internet passarão a ajudar empreendimentos sociais. O Tesouro Direto destinará R\$ 4,5 milhões a até 14 startups com negócios de impacto, cuja atividade principal ofereça educação financeira e soluções financeiras inclusivas.

As empresas interessadas podem se inscrever a partir até o próximo sábado, no site www.tdimpacta.com.br. A montagem da plataforma teve o apoio da Artemisia, organização que apoia negócios de impacto fundada em 2005 e que beneficiou mais de 800 empresas por meio de programas de aceleração, apoio em projetos-piloto de inovação aberta (soluções que podem ser reproduzidas por outras empresas) e articulação de investimentos. A organização também ajudará na escolha dos projetos.

Essa é a segunda edição do Tesouro Direto Impacta (TD Impacta). A primeira edição do programa, realizada entre junho do ano passado e fevereiro deste ano, distribuiu R\$ 5,2 milhões a 40 startups com soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais.

Os recursos virão da taxa de custódia de 0,2% ao ano sobre o saldo das aplicações que os investidores do Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas, pagam à B3, a bolsa de valores brasileira. Pelo contrato entre o Tesouro Nacional e a B3, 20% da receita projetada com a arrecadação da taxa, limitada a R\$ 50 milhões por ano, tem de ser repassada a projetos sociais e de sustentabilidade.

CAPACITAÇÃO

As 14 empresas escolhidas receberão tanto apoio financei-

ro como capacitação gratuita e *on-line* aos gestores. O Tesouro, a B3 e a Artemisia buscam startups maduras, capazes de contribuir com soluções inovadoras diante de três desafios lançados pelo programa.

O primeiro desafio é o estímulo a professores de escolas públicas a desenvolverem competências práticas para ensinar educação financeira de forma engajada. O segundo é o desenvolvimento de assistentes educacionais baseados em inteligência artificial para matemática e educação financeira.

O terceiro desafio é a busca por novos usos do Tesouro Direto Garantia, serviço que permite a investidores pessoas físicas usar títulos do Tesouro Direto como garantia em operações financeiras como aluguel imobiliário e empréstimos. Terão prioridade empresas que proponham o uso das garantias em segmentos com

potencial de impacto social e inclusão financeira.

AVALIAÇÃO

As startups participantes devem obedecer aos seguintes requisitos:

- Estar em estágio de tração ou escala;
- Ter faturamento mínimo de R\$ 1 milhão nos últimos 12 meses;
- Ter capacidade de implementar as soluções propostas em grande escala.

As empresas participantes deverão executar Provas de Conceito (POC) ou propor parcerias estruturadas, adaptando as soluções e construindo novas formas para atender, de maneira personalizada, as necessidades técnicas e operacionais exigidas. Ao longo da jornada, as empresas serão avaliadas por critérios de desempenho e engajamento.

PMQC

Setor de combustíveis pede urgência na volta de fiscalização pela ANP

DENISE LUNA/AE

As entidades representativas do setor de combustíveis e biocombustíveis reagiram à decisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) de suspender o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) durante o mês de julho, além de reduzir recursos destinados à fiscalização.

As entidades pedem urgência na revisão dos cortes orçamentários das agências reguladoras

para regulamentar os serviços, sob o risco de prejudicar o setor e os investimentos no País.

"As medidas anunciadas pela agência são ainda mais trágicas para o setor neste momento em que se observa claramente o escalonamento do mercado irregular", disseram representantes dos importadores de combustíveis (Abicom); das distribuidoras (Brasilcom); dos postos de abastecimento (Fecombustíveis); entre outras.

"Além disso, a redução dos recursos destinados à fiscaliza-

ção ocorre depois de verdadeira coalizão para doação de equipamentos de fiscalização", ressaltaram, referindo-se a doações de equipamentos do setor privado para ajudar na medição do teor de biodiesel no diesel, após o aumento das irregularidades.

O programa da ANP realiza mais de 16 mil análises mensais e orienta as fiscalizações da agência. Na última suspensão, por dois meses, em 2024, irregularidades chegaram a 40% em algumas regiões. "Sem o PMQC, a capacidade de identificar e

combater fraudes fica comprometida. Para o consumidor, os impactos são diretos e severos: sem uma agência reguladora atuante, aumentam os riscos de abastecimento com combustível de má qualidade - seja diesel, gasolina, biodiesel e etanol", alertam.

As entidades signatárias reforçam ainda que investir na estrutura das agências é investir na proteção do consumidor, na segurança energética do País e na credibilidade do ambiente regulatório brasileiro.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor	FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe	HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

AÉREA

Anac cassa certificado de operação da Voepass

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) cassou ontem o Certificado de Operador Aéreo (COA) da Passaredo Transportes Aéreos, principal empresa do grupo Voepass.

Segundo a Anac, o certificado foi cassado após terem sido identificadas “falhas graves e persistentes no Sistema de Análise e Supervisão Continuada da companhia”.

Além da cassação, a empresa também foi multada em R\$ 570,4 mil. Não cabem mais recursos à decisão.

O COA é um documento que autoriza uma empresa a operar serviços de transporte aéreo. Segundo a Anac, o COA representa “a responsabilidade e o compromisso da empresa em seguir os padrões de segurança exigidos na aviação civil”.

Sem esse certificado, a empresa não pode voar comercialmente.

“A cassação do COA, neste momento, é resultado do processo sancionador que foi conduzido após a suspensão cautelar, e reforça o compromisso da Agência com a proteção dos passageiros e com a integridade da aviação civil brasileira”, informou a Anac, em nota.

SUSPENSÃO

Desde o início de março deste ano, a Voepass estava com suas atividades suspensas cautelarmente por decisão da Anac.

“A suspensão vigorará até que se comprove a correção de não conformidades relacionadas aos sistemas de gestão da empresa previstos em regulamentos”, informou a agência na ocasião.

Em reunião realizada ontem, no entanto, a diretoria da Anac

decidiu cassar de vez o certificado, já que a empresa não foi capaz de comprovar a correção desses problemas.

Em abril deste ano, um mês depois de ter seus voos suspensos pela Anac, a Voepass anunciou que havia entrado com um pedido de recuperação judicial “para reorganizar seus compromissos financeiros e fortalecer sua estrutura de capital”.

OPERAÇÃO ASSISTIDA

A cassação do certificado da Voepass pela Anac anunciada ontem ocorre após a realização de operação assistida, que teve início após o grave acidente aéreo ocorrido no dia 9 de agosto de 2024, em Vinhedo (SP) e que provocou a morte de 62 pessoas.

Nesta operação assistida, a Anac informa ter verificado falhas na execução de itens de inspeção obrigatória de manuten-

ção, que não foram detectadas nem corrigidas pelos controles internos da empresa.

Segundo a Anac, este foi “um indício de que o sistema de supervisão da companhia havia se degradado, comprometendo sua capacidade de atuar preventivamente”.

“É importante ressaltar que problemas operacionais podem ser encontrados e corrigidos em empresas aéreas. No entanto, o que a Anac identificou, no caso da Voepass, foi a perda de confiabilidade dos mecanismos internos de detecção e correção de problemas, além da caracterização de um desvio dos procedimentos de manutenção estabelecidos para a empresa. Ou seja, a estrutura da empresa deixou de oferecer garantias de que eventuais falhas seriam tratadas antes de comprometer a segurança das operações”, escreveu a Anac, em nota.

INDÚSTRIA

Índice de evolução da produção sobe para 52 pontos em maio

SANDRA MANFRINI/AE

O Índice de Evolução da Produção Industrial registrou 52 pontos em maio, segundo pesquisa Sondagem Industrial divulgada ontem, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O índice mostra uma recuperação da atividade do setor em relação à queda verificada em abril, quando o indicador ficou em 47,8 pontos. O índice registrado em maio também melhorou em relação ao mesmo mês de 2024, quando foi de 47,4 pontos.

Segundo a metodologia da pesquisa, os indicadores variam no intervalo de zero a 100, sendo valores acima de 50 indicativos de alta e abaixo, queda.

“É um quadro positivo para o mês de maio, mas que vem após uma sequência de resultados não tão positiva. Não mostra, portanto, que a atividade vai melhorar significativamente”, avalia Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI.

A pesquisa mostra que, por outro lado, o indicador que mede a evolução do número de empregados registrou 49,6 pontos. Esse foi o terceiro mês consecutivo que o índice ficou abaixo da linha de 50 pontos, indicando, segundo a CNI, que os empresários percebem queda na quantidade de trabalhadores frente ao mês anterior. Mas a entidade destaca que o recuo foi menor que o observado nos meses de maio de 2024 e 2023.

Com relação à Utilização da Capacidade Instalada (UCI), a Sondagem mostra um crescimento de um ponto percentual, para 70%, superando a UCI registrada no mesmo período de 2024 e 2023, segundo a pesquisa.

EXPECTATIVAS

De acordo com o levantamento, os índices que medem as expectativas da indústria em relação à demanda, quantidade exportada e compra de matérias-primas subiram, revertendo a queda verificada em maio.

O indicador de expectativa de demanda subiu 1,2 ponto, para 55,6 pontos; o de compra de insumos e matérias-primas teve alta de 0,7 ponto, para 53,9 pontos; enquanto o de exportação

cresceu 0,6 ponto, para 52,5 pontos.

Já o índice de expectativa do número de empregados ficou praticamente estável, com ligeira queda de 0,1 ponto, para 51,4 pontos.

A Sondagem mostra ainda que a intenção de investimento dos empresários do setor não mudou de maio para junho. O indicador continua em 56,1 pontos. “Após atingir um pico em dezembro do ano passado, o índice acumula queda de 2,7 pontos nos seis primeiros meses de 2025, o que sugere industriais mais cautelosos”, destaca a CNI.

A CNI ouviu 1.482 empresas para a edição da Sondagem Industrial, entre os dias 2 e 11 e junho.

INTERNET

MDIC: E-commerce nacional movimentou R\$ 225 bilhões em 2024

FLÁVIA SAID/AE

O comércio eletrônico com notas fiscais emitidas no País movimentou R\$ 225 bilhões no ano passado, crescimento de 14,6% sobre 2023 e de 311% nos últimos cinco anos. Desde 2016, data de início da série, já foram negociados R\$ 1 trilhão via comércio eletrônico.

Os números foram divulgados ontem, na terceira edição do Dashboard de Comércio Eletrônico Nacional, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com dados da Receita Federal.

As vendas de micro e pequenas empresas (MPEs) brasileiras pelo comércio eletrônico cresceram cerca de 1.200% nos últimos cinco anos, saltando de R\$ 5 bilhões em 2019 para R\$ 67 bilhões em 2024.

Os números mostram que as empresas de médio e grande porte também tiveram forte crescimento nessa modalidade, mas em nível porcentualmente menor - saindo de R\$ 49 bilhões para R\$ 158 bilhões no mesmo período, aumento de 220%.

Em valores, os produtos mais vendidos em 2024 no e-commerce nacional foram aparelhos de telefonia celular,

(4,1% do total), livros (3,3%), refrigeradores (2,6%), televisores (2,2%), complementos alimentares (2,1%), máquinas digitais para processamento de dados (2,0%), calçados para esportes (1,1%), aparelhos para ar-condicionado (1,1%), pneumáticos de borracha (1,1%) e outras participações capilares (1,1%).

Quando analisadas apenas as transações das MPes, as obras de plástico saltam para a primeira posição no ranking, respondendo, em valores, por 2,7%. Na sequência, vêm complementos alimentares (2,1%), livros (1,6%), partes e acessórios de motocicletas (1,3%), calçados (1,2%), outras preparações capilares (1,1%), utensílios de mesa e cozinha (0,9%), móveis de madeira (0,9%), artefatos (0,9%) e acessórios para tratores e veículos (0,9%).

“De um lado, esses números refletem as novas dinâmicas do mercado; de outro, o ritmo crescente de expansão da economia brasileira de 2023 para cá, muito acima daquilo que todos os analistas esperavam”, afirmou o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do MDIC, Uallace Moreira.

DEFESA COMERCIAL

MDIC acaba com fraude em importações de aço

Uma investigação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) desmantelou um esquema de fraude, segundo termo usado pela própria pasta, na importação de produtos de aço que burlavam medidas de defesa comercial. Conforme a investigação, lâminas de aço a frio fabricadas na Turquia tinham a maior parte dos insumos produzidos na Indonésia.

Desde 2022, o Brasil aplica uma sobretaxa de 18,79% ao aço laminado a frio da Indonésia.

De acordo com o Mdic, os produtos fabricados na Turquia têm origem no país do sudeste asiático e devem ser submetidos à mesma tarifa extra. “Diante das evidências identificadas, a Secex determinou

que os produtos são, de fato, originários da Indonésia, e devem estar sujeitos à medida de defesa comercial vigente contra aquele país”, destacou o ministério, em nota.

O histórico e a conclusão das investigações constam de portaria da Secretaria de Comércio Exterior do Mdic publicada nesta terça-feira no Diário Oficial da União. Ao todo, cinco tipos de aço laminado a frio foram investigados.

“A medida reforça o compromisso do governo federal com o rigor na aplicação das regras de origem e com a proteção da indústria nacional contra práticas desleais de comércio”, afirmou em nota a secretária de Comércio Exterior do Mdic, Tatiana Prazeres.

Nota

GRIFE AVIÁRIA: 17 PAÍSES SUSPENDEM RESTRIÇÃO À CARNE BRASILEIRA

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) divulgou nota ontem informando que 17 países retiraram as restrições à importação de carne de aves do Brasil, após o caso de gripe aviária registrado no Rio Grande do Sul. Integram a lista Argélia, Bolívia, Bósnia e Herzegovina, Egito, El Salvador, Iraque, Japão, Lesoto, Líbia, Marrocos, Mianmar, Montenegro, Paraguai, República Dominicana, Sri Lanka, Vanuatu e Vietnã. No último dia 18, o Brasil voltou a ser um país livre da influenza aviária após ter cumprido os protocolos internacionais que preveem, entre outras medidas, o prazo de 28 dias sem novos registros em granjas comerciais. Um único caso confirmado em estabelecimento comercial foi registrado em uma granja no município gaúcho de Montenegro, no dia 16 de maio. A confirmação da doença foi feita no dia 22 de maio, após a conclusão da desinfecção da granja contaminada.

FUNDO DE INVESTIMENTO

Petrobras estima em até 30 as startups contempladas por transição energética

DENISE LUNA
E GABRIELA CUNHA/AE

A Petrobras comentou ontem, durante o evento Energy Summit, as próximas etapas da criação do Fundo de Investimento em Participações (FIP), na modalidade Corporate Venture Capital (CVC), cujo investimento total é de até R\$ 500 milhões. O recebimento das propostas de gestores de fundos interessados vai até o final de julho e o cronograma prevê a divulgação da classificação do escolhido para o dia 6 de outubro.

Após a seleção do gestor, a expectativa da estatal é de formar um portfólio com até 30

startups selecionadas.

“Para toda corporação, o venture capital faz sentido. É importante estarmos expostos à inovação aberta. Mas faltava termos uma tese própria de transição energética. Agora, conseguimos criar um relacionamento de longo prazo com as startups que estão no Brasil”, comentou Renato Palhano, que integra o Departamento de Transição Energética da estatal, durante debate no Energy Summit 2025.

A tendência de empresas globais com CVC com tese própria é algo que tem ganhado mais força nos últimos cinco anos. No caso da experiência da Petrobras, o fundo é uma parceria da

estatal com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). A Petrobras prevê investir até R\$ 250 milhões, limitado a 49% do fundo, o BNDES até R\$ 125 milhões, limitado a 25% do fundo, e a Finep, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 60 milhões.

O prazo total do FIP será de até 12 anos, sendo sete anos para o ciclo de investir e os últimos cinco um ciclo de desinvestimento. Dentre as áreas-alvo dos investimentos estão a Geração de Energia Renovável, Armazenamento de Energia e Eletromobidade,

Combustíveis Sustentáveis, Captura de Carbono Utilização e Estocagem (CCUS) e Descarbonização de Operações. O objetivo é investir em participações minoritárias em startups e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

“Quando a gente entra nesse ambiente, há o risco de falha, é inerente ao modelo de negócio e isso a gente vem sendo bem vocal nesse sentido. Mas o foco é apoiar empresas que estejam no início de sua trajetória comercial de energias renováveis e de baixo carbono e fomentar o ecossistema de energy techs no Brasil, dentro do nosso posicionamento em transição energética”, finalizou.

APOSENTADORIA

Fila do INSS passa 2,447 milhões em junho

FLÁVIA SAID/AE

O Ministério da Previdência Social informou ontem, que a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ultrapassou 2,447 milhões de pedidos em junho de 2025. A informação foi dada durante reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), presidida pelo secretário

rio de Regime Geral de Previdência Social, Adalberto Brunca.

O valor, que ainda não considera o mês fechado, representa um recuo em relação a março, quando a fila somou 2,565 milhões de requisições, mas um aumento na comparação com o mesmo mês de 2024, quando havia um acúmulo de 1,354 milhão de pedidos.

Do total acumulado de junho, 1,171 milhão refere-se a pedidos de aposentadorias, 645 mil são referentes a benefícios assistenciais e de legislação especial, 340 mil são benefícios por incapacidade, 153 mil são auxílios-maternidade e 129 mil são pedidos de pensões e auxílio-reclusão.

Depois de atingir o recorde

de 2,707 milhões em março de 2025, o governo decidiu, em abril, retomar o bônus de servidores e peritos para diminuir a fila de espera para a análise de benefícios previdenciários e assistenciais. O servidor do INSS recebe um adicional de R\$ 68 por processo analisado e concluído, e o perito federal recebe R\$ 75.

CONCESSÃO DE LICENÇA

API COMERCIAL TÉCNICA LTDA - CNPJ 28.955.391/0001-17, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo no EIS-PRO-2025/01971, a Licença Ambiental Municipal de Instalação - EIS-LMI- 2025/00029) com validade de 05/06/2029, para Demolição de Unidade Industrial para Fins de Implantação de Grupoamento Residencial Multifamiliar Enquadrado no Programa "Minha Casa, Minha Vida", na Praça da Confederação Suíça, 66 - Del Castilho/RJ.

F & F WORK LTDA

CNPJ 31.926.918/0001-90 - NIRE 33.2.0932026-2

Edital de Convocação: Ficam convidados os senhores sócios da F & F WORK LTDA para Reunião de Sócios que realizar-se-á virtualmente, através da Plataforma Digital Teams, pelo link <https://meet.google.com/vuom-bgn-avp>, como se realizada na sede social, à Rua Luiz Sérgio Person, nº 183, quadra 8, lote 7, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ, CEP 22.775-043, no dia 02/07/2025 às 10h00 em 1ª convocação, havendo quórum ou, no mesmo dia, às 10h30, em segunda convocação, com qualquer número de sócios presentes, para o fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Alteração do objeto social da Sociedade e Alteração de Cláusulas do Contrato Social, revogando as cláusulas da 8ª alteração contratual e estabelecendo novas cláusulas e condições. Ass: FRANCISCO DE SALES GUSMÃO CAVALCANTI (sócio-administrador).

UNIVERSIDADE

Alunos da USP vão participar do Enade a partir de 2025

ISABELA MOYA/AE

A partir deste ano, a Universidade de São Paulo (USP) participará do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que avalia o rendimento dos estudantes concluintes dos cursos de graduação do Brasil em relação aos conteúdos programáticos, às habilidades e às competências adquiridas ao longo da formação.

A adesão da USP ao Enade foi aprovada pelo Conselho Universitário nesta terça-feira. Na mesma reunião, foi aprovada a tabela de vagas dos cursos de graduação para o vestibular de 2026 (realizado no fim deste ano), com 11.147 vagas ao todo.

"A USP, no passado, promoveu discussões e optou por não participar do Enade. Por isso, gostaria que este fosse um processo muito discutido com a comunidade acadêmica e isso foi feito pela Pró-Reitoria de Graduação. Entendo que a USP, que é uma das universidades mais importantes do Brasil, deve ser um parâ-

metro de qualidade na graduação, assim como é na pós-graduação, por meio da avaliação da Capes", afirmou o reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior.

A decisão de aderir ao exame nacional se baseia no "compromisso institucional com a qualidade da formação à responsabilidade pública de dar transparência à avaliação externa do aprendizado de nossos estudantes", segundo o pró-reitor de Graduação, Aluisio Segurado.

A universidade seguirá os ciclos trienais do Enade e observará as áreas de avaliação definidas anualmente pelo Ministério da Educação (MEC).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do MEC responsável pela realização da prova, anunciou mudanças no fluxo de avaliações dos cursos por meio do Enade a partir do próximo ano. Uma delas é que, agora, todos os cursos serão avaliados a cada três anos (exceto Medicina e Licenciaturas, avaliados anualmente).

ASSALTO

Polícia investiga morte de ex-militar que foi forçado a beber ácido

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

A Polícia Civil busca pistas para elucidar o assassinato do motorista de aplicativo Tiago Augusto Nicolau, de 30 anos, que foi obrigado a tomar ácido durante um assalto, em Leme, no interior de São Paulo.

Nicolau foi militar da Força Aérea Brasileira (FAB), mas teve baixa devido a um problema na visão. Ele morreu no último dia 18, após ficar oito dias internado. Até ontem, nenhum suspeito tinha sido preso pelo crime.

A Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP) diz que a Polícia Civil de Leme está em diligências e realiza todas as medidas cabíveis para apurar o caso.

De acordo com o registro policial, na tarde do dia 10, Tiago foi encontrado pelo trabalhador de uma usina de cana-de-açúcar em uma estrada vicinal que liga a sede do município ao bairro do Caju, na zona rural. Ele estava consciente e contou que foi rendido por dois assaltantes.

Ele disse ter sido levado para a área rural, onde foi agredido e obrigado a tomar uma substância corrosiva. Os criminosos fugiram levando seu celular e o veículo, um automóvel Renault Sandero, de cor prata.

O trabalhador acionou o serviço de resgate do Corpo de Bombeiros e o ex-militar foi levado para a Santa Casa de Leme. Devido à gravidade do caso, ele foi internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

A ingestão do líquido, inicialmente relatado como 'ácido de bateria', causou queimaduras graves na boca, língua, faringe e esôfago da vítima. Seu quadro agravou e ele morreu no dia 18.

A família usou as redes sociais para pedir justiça. "Nos tiram até a despedida dele, não iremos fazer a despedida dignamente. Vai apenas ter uma breve, caixão lacrado e enter-

ro. Que mãe e pai merece passar por isso. A Justiça dos homens pode ser falha, a Justiça de Deus pai, não", postou a prima, Taís Nicolau, em sua rede social.

Tiago deixou a FAB devido a problema de visão não relacionado à sua função militar, passando a trabalhar como motorista de aplicativo. Ele era casado e pai de uma filha pequena. No dia em que foi morto, ele tinha informado a esposa que levaria o carro para lavar na casa de sua mãe. Foi o último contato com a família.

A reportagem apurou que a polícia buscou imagens de câmeras de monitoramento na cidade e em rodovias da região, inclusive em praças de pedágio, na tentativa de localizar o veículo. O carro levado pelos suspeitos ainda não foi encontrado.

A polícia tentou também o rastreio do celular de Nicolau, que também não foi localizado.

O crime, relatado inicialmente como roubo, agora é investigado como latrocínio - roubo seguido de morte. Outras hipóteses também são apuradas, entre elas uma possível vingança. A investigação busca entender por que os suspeitos obrigaram a vítima a beber ácido. O laudo sobre o líquido ingerido pela vítima não foi divulgado. A origem da substância também é investigada.

Conforme o depoimento de familiares, Tiago não tinha inimigos. A descrição feita por eles é de uma pessoa tranquila e com muitos planos. Em sua rede social, o motorista de aplicativo fazia postagens sobre viagens, como a que fez recentemente para um parque temático de Santa Catarina. Ele revela também seu grande amor pela filha, que aparece em sua companhia em muitas fotos.

O corpo de Nicolau foi sepultado na sexta-feira passada, no Cemitério Municipal São João Batista, em Leme.

DESLISAMENTO

TJSP mantém decisão para que Guarujá indenize vítimas

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) rejeitou um recurso da prefeitura do Guarujá e manteve a sentença que condenou o município a indenizar uma família cuja casa, construída em uma área de risco, foi destruída por um deslizamento de terra, durante as chuvas que atingiram a Baixada Santista, no litoral de São Paulo, em 2020.

O pedido de reconsideração apresentado pela prefeitura não foi aceito pela 6ª Câmara de Direito Público do TJSP, que preservou os valores anteriormente fixados pela Vara da Fazenda Pública do Guarujá, que condenou a prefeitura a pagar R\$ 60 mil a Vitória Carolina Freire de Carvalho e a seu filho, Enzo Miguel Freire de Moraes, a título de indenização por danos materiais e morais.

Na ação, Vitória e Enzo alegam que a Defesa Civil municipal nada fez para proteger a vida e os bens de parte dos moradores do bairro Vila Baiana, mesmo sabendo que estes se encontravam em área de risco, devidamente identificada e ob-

jeto de um acordo com o Ministério Público, firmado em 2014, no qual a prefeitura se comprometia a realizar obras que evitassem deslizamentos e outros desastres.

A prefeitura argumentou que a família sabia de antemão que estava ocupando, irregularmente, uma área de risco e que a ocupação desordenada e o desmatamento de morros contribuem para os deslizamentos. Além disso, alegou que não havia como responsabilizar os agentes públicos, já que os prejuízos foram causados pelas chuvas fortes e anormais. Quanto às medidas preventivas, a prefeitura sustentou ter tomado todas as medidas possíveis, realizando obras de zeladoria e contenção, além de orientar os moradores sobre os riscos.

Para a desembargadora e relatora do recurso, Tania Ahualli, a prefeitura foi omissa, "na medida em que, embora ciente do potencial perigo que circundava a localidade (...), deixou de tomar as medidas necessárias e imprescindíveis para evitar o grave desastre". Tania Ahualli destacou que, longe de configurar fenômeno extraordinário e

imprevisível, conforme alegou a prefeitura, as consequências das chuvas representam "uma tragédia anunciada".

"E nem sequer pode-se acolher a tese de que os apelados optaram pela ocupação irregular do solo, na medida em que se trata de pessoas vulneráveis e que, por falta de efetiva política pública, são obrigadas a residir em locais que, por óbvio, colocam suas vidas em verdadeiro risco", acrescentou a desembargadora.

O advogado de Vitória e Enzo, Pedro Henrique Figueiredo Anastácio, representa dezenas de moradores do bairro Vila Baiana afetados pelo deslizamento de terra de 2020. Em entrevista à Agência Brasil, ele disse já ter obtido, em primeira instância, outras decisões favoráveis a seus clientes - informação que o TJSP disse não poder confirmar sem a necessária identificação de cada processo.

"Represento aproximadamente 60 famílias, e algumas delas já foram beneficiadas. Creio que umas 20. Há precedentes (decisões semelhantes) em outros municípios, mas o caso do Guarujá tem uma pe-

culiaridade", afirmou o advogado, referindo-se a ações civis públicas que resultaram no já citado acordo que a prefeitura e o Ministério Público assinaram em 2014.

"O Ministério Público entrou com essas ações buscando regularizar a área e retirar os moradores da situação de risco. O município foi condenado tempos antes do deslizamento; não cumpriu a sentença [judicial]; o Ministério Público pediu à Justiça que multas e outras penalidades fossem aplicadas, até que, em 2020, aconteceu esta tragédia. Ou seja, neste caso, houve indolência", acrescentou o advogado, avaliando que o histórico do caso vem pesando nas decisões da Justiça paulista.

A prefeitura do Guarujá não respondeu se vai recorrer da sentença da desembargadora Tania Ahualli. Em nota, disse que respeita a decisão judicial sobre a indenização e se solidariza com os envolvidos, além de investir em ações preventivas e na execução de programas de habitação social como forma de "garantir moradia digna e segura às famílias em área de risco".

GESTÃO TARCÍSIO

Tarifas de pedágio vão subir nas rodovias concedidas de SP

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O pedágio vai ficar mais caro nas rodovias estaduais paulistas concedidas à iniciativa privada a partir do dia 1º de julho. A Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp), órgão do governo estadual, autorizou um reajuste médio de 5,31%.

Conforme a Artesp, o reajuste resulta da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre junho de 2024 e maio de 2025 prevista em contrato.

No sistema Anchieta-Imigrantes, que tem o pedágio de

valor mais alto no Estado, a tarifa vai passar dos atuais R\$ 36,80 para R\$ 38,70.

O aumento de R\$ 1,90 representa um acréscimo de 5,16% na tarifa atual. O reajuste maior é no pedágio de bloqueio de Diamema, na Imigrantes, que sobe R\$ 2,80 para R\$ 3,10, alta de 10,71%.

Já no sistema Anhanguera-Bandeirantes, os motoristas vão pagar entre R\$ 0,50 e R\$ 0,80 a mais, dependendo do trecho. Em alguns casos, como no pedágio de Valinhos, na rodovia Anhanguera, o aumento chega a 6,25%.

Entre os menores reajustes, a tarifa no pórtico de Campinas, na SP-75, subiu de R\$ 2,60 para R\$ 2,70, alta de 3,84%.

Os novos preços vigoram a partir do dia 1º de julho para as concessionárias Autoban (Sistema Anhanguera-Bandeirantes), Intervias (rodovias do interior), Rota das Bandeiras (corredor D Pedro I), Renovias, Rodovias das Colinas, CART (Raposos Tavares), ViaRondon, SPVias, Rodovias do Tietê, Ecovias (Sistema Anchieta-Imigrantes), Ecovias do Leste Paulista, Rodoanel Oeste, SPMar e Rodovia dos Tamoios.

Na concessão da Entrevias,

que abrange estradas do centro-oeste paulista, o aumento vigora a partir da zero hora do dia 6. Algumas concessionárias, como a Eixo SP, já reajustaram os pedágios este ano. Nesse caso, o aumento foi de 5,5%. A lista completa de novos valores foi publicada no *Diário Oficial do Estado* e pode ser acessada neste [link](#).

O Estado de São Paulo tem 227 postos de pedágio em operação, incluindo os novos pórticos de free flow (pedágio sem cabine). O aumento nas tarifas de pedágio têm impacto nas passagens de ônibus intermunicipais e nos fretes rodoviários.

CORRUPÇÃO

Juíza não vê 'provas nem fatos' e absolve auditor da Fazenda

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

O auditor fiscal e ex-corregedor tributário da Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo Marcus Vinícius Vannucchi foi absolvido na ação penal em que era acusado pelos crimes de corrupção passiva (seis atos), lavagem de dinheiro, organização criminosa e falsidade ideológica. Em sentença de 29 páginas, a juíza Marcia Mayumi Okoda Oshiro, da 2ª Vara de Crimes Tributários, considerou que 'não existe prova suficiente para a condenação' e nem 'prova suficiente da existência do fato'.

"A ação penal deve ser julgada totalmente improcedente por insuficiência de provas no tocante aos crimes de corrupção passiva e lavagem de bens e valores e ausência de materialidade dos crimes de organização criminosa e falsidade ideológica", cravou a juíza Marcia Oshiro.

Ao Estadão, o criminalista Salo Kibrit, que defende o ex-corregedor, declarou que 'apesar da longa duração do processo, o Ministério Público não conseguiu comprovar as acusações e a prática de qualquer crime cometido por Vannucchi, de sorte que a absolvição era a única al-

ternativa possível'.

Vannucchi foi denunciado pelo Ministério Público paulista por supostamente 'ter constituído e integrado organização criminosa' A Promotoria afirma que o ex-corregedor 'solicitou e recebeu, para si, direta e/ou indiretamente, em razão das suas funções públicas, vantagens indevidas, decorrentes de inspeções fiscais ou ausência delas, na DRT-16 (Delegacia Regional Tributária-16)' Pelo menos seis empresas teriam sido coagidas a pagar propinas.

Alvo da Operação Pecúnia non Olet, deflagrada em junho de 2019 por um grupo de promotores do Gedec - braço do Ministério Público que combate cartéis e lavagem de dinheiro - e agentes da Polícia Civil, Vannucchi acabou sendo preso.

Na ocasião, durante buscas na residência de sua ex-mulher, Olinda, no município de Itatiba, interior de São Paulo, a força-tarefa apreendeu US\$ 180 mil em dinheiro vivo ocultos em um bunker, uma sala secreta no imóvel. Olinda foi presa em flagrante e a Justiça decretou sua prisão preventiva.

Os investigadores suspeitam que os valores confiscados tiveram origem em propinas que

Vannucchi teria recebido de pessoas físicas e jurídicas sob sua fiscalização.

Além de Vannucchi, de sua ex e de um filho do casal, Paulo, foram denunciados mais dois investigados, Hercília Chioda e Paulo Martins. Todos foram inocentados.

Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Vanucchi ocupava, quando do início da investigação, o cargo de corregedor-geral da Corregedoria da Fiscalização Tributária. Antes, ele atuou na fiscalização do recolhimento de ICMS de empresas localizadas no âmbito da abrangência da DRT-16.

A Promotoria apontou 'evidências de enriquecimento ilícito com a formação de expressivo e injustificável volume patrimonial, especialmente quando comparado com os vencimentos profissionais, supostamente oriundos da prática de crimes contra a Administração Pública, em especial o de corrupção passiva em relação a contribuintes e/ou outros Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo'.

Ainda de acordo com o Ministério Público, Vannucchi adotou 'variados mecanismos de lavagem de bens, direitos e

valores, tudo gerando um complexo e calculado esquema criminoso'.

A verificação de dados obtidos junto a registros em cartórios e Junta Comercial indicou que o ex-corregedor, 'funcionário público há anos, constituiu e integrou uma organização criminosa'. Ele teria usado 'interpostas pessoas' (testas-de-ferro), principalmente familiares e também terceiros, 'para constituir empresas e praticar movimentações financeiras e transações imobiliárias correlacionando estes entes familiares com as empresas'.

Assim agindo, ele teria mantido o controle para a dissimulação da origem de todo o dinheiro/bens/valores que obteve de forma ilícita, 'possuindo-os indiretamente', acusa a Promotoria.

A juíza foi taxativa. "Há fragilidade probatória do crime antecedente e essa fragilidade se estende ao crime de lavagem de dinheiro. A existência do crime antecedente deve ser inconteste, não podendo ser presumida. Mesmo que se admita a prova indiciária, esta deve estar acima da dúvida razoável. Fala-se, portanto, na demonstração segura da ocorrência do crime imputado, sob pena de injusta condenação."

TRAMA GOLPISTA

Mauro Cid confirma delação que incrimina Braga Netto

FELIPE PONTES/ABRASIL

O tenente-coronel Mauro Cid confirmou ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) tudo o que disse na delação premiada sobre uma trama golpista durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele negou ter sofrido pressão da Polícia Federal para delatar o plano. A confirmação foi feita durante acareação entre Cid e o general Walter Braga Netto, na ação penal sobre um golpe de Estado fracassado, cujo objetivo seria manter Bolsonaro no poder após a derrota eleitoral de 2022.

Réus na ação penal, Cid e Braga Netto, ambos militares do

Exército, ficaram frente a frente por mais de 1h30 na manhã de ontem, numa acareação conduzida pelo ministro Alexandre de Moraes, relator da ação penal sobre o golpe. Apesar da audiência ter sido fechada, por determinação de Moraes, o STF publicou a ata da acareação. Puderam acompanhar a audiência os advogados de cada um deles, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, autor da denúncia sobre a tentativa de golpe e a defesa dos outros seis réus, entre eles a do ex-presidente Jair Bolsonaro. A audiência não foi gravada. O procedimento foi realizado a pedido da defesa de Braga Netto, ex-ministro da Defesa e da Casa Civil do governo Bolso-

naro, e que acusa Cid, antigo ajudante de ordens do ex-presidente e delator do complot golpista, de mentir em seus depoimentos. Os dois são réus na ação penal. Pela legislação, é direito do réu pedir a acareação com outro acusado ou com alguma testemunha. A ideia é que versões conflitantes e contradições possam ser colocadas em confronto diante do juiz responsável pelo caso, que pode fazer perguntas aos acareados. Questionados por Moraes nesta terça, ambos mantiveram suas versões inalteradas. Braga Netto está preso desde dezembro do ano passado sob a acusação de obstruir a investigação sobre a tentativa de golpe

de Estado e tentar obter detalhes dos depoimentos de delação de Cid.

SEGUNDA ACAREACÃO

Logo em seguida à acareação de Cid e Braga Netto teve início uma segunda, em que foram colocados frente a frente Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, e o ex-comandante do Exército, general Freire Gomes. A audiência durou cerca de uma hora. A defesa de Torres que pediu a acareação, justificando o procedimento com a necessidade de esclarecer pontos “nevrálgicos” sobre o depoimento de Freire Gomes, que não é réu, mas figura como uma das principais testemunhas no processo.

General Freire Gomes rebate Torres e liga minuta golpista a reunião com Bolsonaro

RAYSSA MOTTA/AE

O general Marco Antônio Freire Gomes, ex-comandante do Exército, reiterou ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), que a minuta golpista apreendida pela Polícia Federal na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres tinha pontos idênticos ao documento apresentado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) aos chefes das Forças Armadas em uma reunião no Palácio no Alvorada em dezembro de 2022. "Os documentos têm conteúdo semelhante, pois tratam do mesmo assunto, em que pese jamais ter afirmado que se trata

do mesmo documento", afirmou. Os documentos previam medidas como estado de defesa, estado de sítio e Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para anular o resultado das eleições de 2022, segundo o general. Freire Gomes foi convocado para uma acareação com o ex-ministro na ação penal da trama golpista. Ele manteve as versões anteriores que apresentou à Polícia Federal durante o inquérito e na audiência de instrução do processo no STF. As informações constam na ata da audiência, que não foi gravada por determinação do ministro Alexandre de Moraes,

relator do caso. O ex-comandante do Exército também afirmou que participou de reuniões ministeriais com Anderson Torres antes das eleições e que o ex-ministro "assessorou juridicamente o ex-presidente em pontos específicos". Freire Gomes acrescentou, no entanto, que Anderson Torres nunca opinou "no sentido da quebra do estado de direito". O general já havia sido ouvido como testemunha no processo. Nos depoimentos anteriores, ao ser confrontado com a minuta golpista, declarou que o conteúdo, em termos gerais, era muito parecido com o que foi apresentado por Bolsonaro

aos comandantes das Forças Armadas. "Eu não me lembro ipsis litteris dos documentos para comparar, não tenho essa capacidade. O que eu sei, sim, é que o conteúdo, em termos gerais, era muito parecido ou tinha pontos idênticos", afirmou na audiência de instrução. Na ocasião, a defesa de Anderson Torres defendeu que o documento circulou na internet e que o general pode ter "se confundido". Freire Gomes disse ter convicção de sua versão. "Esse documento, nós fomos tomar conhecimento, como eu falei, na reunião do dia 7", repetiu o general.

CORRUPÇÃO ELEITORAL

MCCE: projeto que amplia número de deputados é imoral e inoportuno

MARIA MAGNABOSCO/AE

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) se manifestou ontem, contra o projeto de lei que propõe o aumento do número de deputados federais de 513 para 531. A proposta, que deve ser votada no Senado ainda nesta semana, foi considerada pela entidade "um retrocesso institucional e um verdadeiro desrespeito com a sociedade civil e com o bem público". Em nota, o movimento afirma que "a proposta é casuística, inoportuna e imoral, especialmente diante do cenário com tantas desigualdades sociais, de desafios econômicos, com a crise de representatividade que o País enfrenta, e da insatisfação da população com a atuação do

Congresso Nacional". O movimento justifica ainda que aumentar o número de parlamentares acarreta em mais gastos com estrutura, salários, benefícios, emendas parlamentares, entre outros gastos, principalmente "em um momento em que milhões de brasileiros enfrentam desigualdades e falta de acesso a serviços públicos básicos", conforme a nota. De acordo com a Câmara, a proposta deve ter impacto orçamentário de R\$ 64,8 milhões. Em maio deste ano, após a aprovação do projeto na Câmara, o Estadão divulgou um levantamento mostrando que o projeto abre margem para criação de 30 novas vagas de deputados estaduais, que podem custar mais de R\$ 76 milhões por ano para

os Estados. Segundo o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União AP), o Orçamento da Câmara dos Deputados já leva em conta as despesas que serão instituídas com os novos parlamentares. "Caso o Senado se debruce sobre o projeto e amplie o número de vagas, não haverá aumento de despesa em lugar algum", afirmou. O projeto deve ser votado no Senado em sessão semipresencial nesta quarta-feira, 25, às 14h. O prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Congresso estabeleça a nova distribuição de cadeiras termina em menos de uma semana, em 30 de junho. O STF determinou a redistribuição das vagas na Câmara de

acordo com as populações atualizadas dos Estados, com base no Censo de 2022. O número de deputados não era alterado desde 1993. Em uma manobra para evitar a perda de cadeira em certos Estados, os deputados aumentaram o número de membros da Casa onde houve acréscimo da população, segundo o IBGE. Entretanto, os Estados que tiveram diminuição da população, conforme o Censo, não perderam vagas. O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral pede que os senadores rejeitem a proposta e "priorizarem pautas que promovam justiça social, combate à corrupção, responsabilidade fiscal e o respeito à vontade popular".

MAIORIA

STF confirma decretos de Lula que restringem acesso a armas

FELIPE PONTES/ABRASIL

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou por confirmar a validade de decretos que restringiram o acesso a armas no país, assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro dia de seu mandato. As normas assinadas por Lula e também pelo então ministro da Justiça, Flávio Dino, hoje ministro do Supremo, reverteram a flexibilização no monitoramento e acesso a armas que havia sido promovida durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O tema está sendo votado no plenário virtual, em sessão prevista para acabar na noite de ontem. Até o momento, votaram pela validade do decreto os ministros Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Carmen Lúcia, Edson Fachin, Dias Toffoli, Nunes Marques e André Mendonça, formando maioria. Os ministros julgam ação declaratória de constitucionalidade (ADC) aberta pela Advocacia-Geral da União (AGU) em fevereiro de 2023, pedindo a validação da norma diante de diversas ações na Justiça que passaram a questioná-las. Os decretos sobre armas suspenderam os registros para compra e transferência de ar-

mas e munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares (CAC), restringiram o número de armas e munições de uso permitido que podem ser compradas e suspenderam a concessão de novos registros a colecionadores, atiradores e caçadores, novos clubes e escolas de tiro. As normas também centralizaram na Polícia Federal (PF) a competência para gerir o cadastro de armas no país.

VOTO

Em seu voto, o ministro relator Gilmar Mendes fez um apanhado do que considerou um desmonte do controle de armas no país, promovido entre 2018 e 2022. O ministro apontou, por exemplo, o aumento do número de armas nas mãos de CAC, que no período saltou de 350 mil para mais de 1 milhão. Gilmar Mendes argumentou ainda que as normas editadas por Lula buscaram recompor esse sistema de controle. As normas, segundo o ministro, "se mostram plenamente idôneas e apropriadas tendo em vista a consecução do pretendido objetivo de estabelecer nova regulamentação do Estatuto do Desarmamento que melhor permita o controle da circulação de armas de fogo no Brasil".

PRESÍDIOS

Pena dura para quem levar celular e armas

FELLIPE GUALBERTO/AE

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto de lei que define penas mais graves para quem tentar introduzir ou facilitar a entrada de celulares, drogas e armas em presídios ou outros locais de custódia. O texto ainda precisa do aval da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e do plenário da Casa. Depois, segue para o Senado.

Atualmente, a pena por introduzir aparelhos de celular ou rádio em presídios é de detenção de três meses a um ano. O projeto de lei prevê o aumento desse prazo para cinco a dez anos e multa. Quem permite a entrada de armas em ambientes prisionais terá a atual pena de três a seis anos de prisão e multa aumentada de um terço até a metade. Por fim, adentrar com drogas em cadeias terá os atuais cinco a 15 anos de detenção agravados em um terço até a metade. O texto aprovado pela comissão é um substitutivo do deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ). A proposta funde o PL

4241/24, do deputado Hélio Lopes (PL-RJ), ao PL 7223/06, do Senado, que obriga unidades prisionais a instalar bloqueadores de sinal e identificadores de frequência em seus prédios. Lopes, em sua justificativa, afirma que armas, drogas e celulares "podem ser utilizados para facilitar crimes graves, fomentar motins, ameaçar a segurança de servidores públicos e colocar em risco a vida de detentos e da sociedade em geral".

AGRAVANTES

O projeto de lei também prevê que a punição pode dobrar caso a arma em questão seja de uso restrito ou um item explosivo. O mesmo se aplica se a droga introduzida no presídio for uma substância "entorpecente de alta periculosidade". Caso funcionários das instituições participem do esquema, a punição tem agravamento de um terço até a metade. "Servidores públicos que se envolvem em tais práticas violam não apenas a legislação, mas também o dever de lealdade e responsabilidade que têm com o serviço público e com a sociedade", justifica o projeto.

BLOCO

Brics condena ataques a bases nucleares do Irã

O grupo do Brics divulgou comunicado conjunto ontem condenando os ataques a instalações nucleares do Irã, iniciados no dia 13 de junho de 2025. Para o bloco, as ações "constituem violação do direito internacional e da Carta das Nações Unidas, e a subsequente escalada da situação de segurança no Oriente Médio". "Expressamos profunda preocupação em relação a quaisquer ataques contra instalações nucleares de natureza pacífica realizados em violação ao direito internacional e às resoluções pertinentes da Agência In-

ternacional de Energia Atômica. As salvaguardas, a segurança e a proteção nucleares devem ser sempre respeitadas, inclusive em situações de conflitos armados, a fim de resguardar as pessoas e o meio ambiente contra danos. Nesse contexto, reiteramos nosso apoio a iniciativas diplomáticas que visem abordar desafios regionais", diz a declaração conjunta. O bloco defende o "estabelecimento de uma zona livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa no Oriente Médio, em conformidade com as resoluções internacionais pertinentes".

INSCRIÇÃO BARRADA

OAB proíbe ‘candidatos’ condenados por crimes raciais

FELIPE PONTES/ABRASIL

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou neste mês súmula que proíbe a inscrição na entidade de formados em direito que tenham sido condenados pela prática de racismo. Prevaleceu ao final o entendimento da relatora do processo, a conselheira federal Shy-naide Mafra Holanda Maia

(PE), para quem a prática de racismo revela falta de idoneidade moral, um dos requisitos previstos pela OAB para o exercício da advocacia. Outras súmulas editadas em 2019 pela OAB já previam a falta de idoneidade moral em relação a condenados em casos de violência contra a mulher, bem como contra crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e LGBTI+.

A proposição de estender a limitação também aos condenados por racismo partiu do presidente da seccional do Piauí da OAB, Raimundo Júnior, do conselheiro federal Ian Cavalcante e da secretária da seccional piauiense, Noélia Sampaio. A aprovação da súmula foi feita por aclamação, tendo como fundamento a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribu-

nal de Justiça (STJ), que reconhecem a gravidade do racismo e proíbem os acordos de não persecução penal relativos a esse crime. Na ocasião, foram feitas homenagens a Esperança Garcia, mulher negra e piauiense reconhecida como a primeira advogada do Brasil, e a lideranças negras da advocacia contemporânea. Sem a inscrição na OAB, obtida mediante exame nacional realizado todos os anos, e a averiguação da idoneidade moral, os bacharéis em direito ficam proibidos de exercer a advocacia. O exercício irregular da profissão é crime previsto na Lei de Contravenções Penais, com pena de prisão ou multa.

